

O limite e o ilimitado: entre Lévi-Strauss e Deleuze

Caio Whitaker Tosato

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

caio.whitaker.tosato@gmail.com

Resumo: Pretendo apresentar uma comparação entre Claude Lévi-Strauss e Gilles Deleuze a partir de um ponto de conexão discordante entre os dois autores, ressaltando as diferenças em torno de um problema em comum. Este refere-se à contraposição entre o limite e o ilimitado. Tal eixo evidencia o contraste entre a radicalidade científica de Lévi-Strauss e a radicalidade filosófica de Deleuze. Aos olhos de Deleuze (em *O que é filosofia?*) a filosofia busca guardar as velocidades do caos e com isso pensar o ilimitado (o plano de imanência); a ciência, ao contrário, renuncia pensar o ilimitado estabelecendo uma desaceleração do caos através de um limite originário (o plano de referência). Lévi-Strauss, em suas reflexões sobre a natureza do objeto científico, considera essencial tomar o espírito humano como essencialmente limitado. Em alguns momentos da obra deste autor ele caracteriza o conceito e a objetividade como tendo um potencial ilimitado, entretanto ele utiliza a palavra “ilimitado” acompanhada de adjetivos de relativização (tais como “praticamente”, “teoricamente”, entre outros). O ilimitado, para Lévi-Strauss, é apenas um reflexo prático da impossibilidade de a razão conhecer o limite. Tal limite refere-se ao número de características elementares as quais são submetidas a uma combinatória e, através desta, dão origem às formas da natureza humana. É preciso reconhecer que a concepção de ciência apresentada por Deleuze é alheia aos procedimentos característicos da obra de Lévi-Strauss. O filósofo francês apresenta uma filosofia da ciência engendrada em seu projeto filosófico, o limite científico é entendido como uma renúncia da realidade mais fundamental que é o plano de imanência. O antropólogo francês, por outro lado, considera a ciência como um modo de conhecimento superior aos outros; o empreendimento científico se aproxima do real ao encontrar os elementos fundamentais os quais formam o real através de uma combinatória. O que chamo de acordo discordante refere-se à conexão possível entre a concepção de Deleuze da ciência como originariamente limitante e a concepção de Lévi-Strauss dos objetos da natureza como produtos de combinações entre elementos essencialmente limitados.

Palavras-chave: Filosofia; Ciência; Limite.

Os limites de um entrecruzamento

Apesar de nos últimos anos diversos esforços terem sido feitos para aproximar o pensamento de Claude Lévi-Strauss e Gilles Deleuze, é importante ressaltar as diferenças profundas expressas em suas obras. Pretendo ressaltar tais diferenças partindo de um ponto de aparente convergência. O ponto em que os autores aparentemente se encontram se refere, de um lado aos pressupostos da concepção radical de ciência praticada por Lévi-Strauss, e de outro à filosofia da ciência apresentada por Deleuze em *O que é filosofia?*. O problema do limite quando se trata da ciência é um dos poucos pontos de convergência entre os dois autores em suas obras. Mas é importante ressaltar que, no caso de Lévi-Strauss, a concepção do limite científico está no âmago de seus pressupostos, enquanto, no caso de Deleuze, a concepção do limite científico aparece como um contraponto à concepção filosófica e essa, de fato, está no cerne de seus pressupostos. Portanto,

escondido em tal aparência de convergência encontra-se uma profunda divergência no que diz respeito aos pressupostos do pensamento de cada um dos autores.

A ciência de Lévi-Strauss

Ninguém pode negar que há na obra de Lévi-Strauss um embate entre a ciência e a filosofia. Este autor, durante toda a sua vida, se afirmou irrevogavelmente como cientista, se envolveu em polêmicas com diversos filósofos e teceu duras críticas à filosofia. Isso pode ser verificado em diversos momentos de sua obra: desde *Tristes trópicos*, passando pelas *Mitológicas* — com destaque para o *Final de O homem nu* —, até entrevistas e textos do final dos anos 90 e dos anos 2000. Apesar da importância de avaliar cada uma das declarações de Lévi-Strauss em relação ao contexto de sua época, é certo que há uma rivalidade entre o antropólogo francês e os filósofos existencialistas que vai desde os anos 50, como atesta *Tristes trópicos*¹, até pelo menos o final da década de 90².

Já em seus trabalhos dos anos 50, Lévi-Strauss anuncia um programa epistemológico estritamente científico. Em *Tristes trópicos* o antropólogo sugere que, através de um estudo sistemático das relações de parentesco, a antropologia seria capaz de apresentar um quadro, análogo a uma tabela periódica, o qual seria formado por casos elementares dos sistemas de casamento. A partir das formulações teóricas, seria possível apresentar um mapeamento de todas as possibilidades de parentesco, o que incluiria os casos experimentalmente conhecidos ou não. Isso significa que seria possível encontrar por meios puramente teóricos configurações de parentesco ainda não descobertas e, conforme o desenvolvimento experimental da disciplina, as lacunas iriam sendo preenchidas. O empreendimento do antropólogo francês requer o pressuposto de que as configurações do espírito humano não existem em número ilimitado, como o autor avisa explicitamente neste livro.

Entretanto, em *Introdução a obra de Marcel Mauss* e em *O pensamento selvagem*, Lévi-Strauss elabora uma formulação que coloca um aparente problema para tal formulação. Nestes textos o autor afirma que a objetividade, o conceito e o jogo (os quais têm uma proximidade do ponto de vista estrutural) têm capacidades ilimitadas. É possível perguntar como se articulam as capacidades ilimitadas com a concepção do espírito humano como determinado por um número de configurações entre elementos limitados. A presença de um elemento gramatical estilístico em quase todas estas formulações pode tornar mais claro o problema. O caráter ilimitado aparece acompanhado de advérbios que relativizam seu estatuto, tais como “praticamente” e “teoricamente”. O ilimitado toma um estatuto de um limite inatingível pela razão humana, um limite tão grande que é possível considerá-lo como ilimitado para fins práticos ou teóricos. Quando se considera o número de partidas possíveis em um jogo, este pode ser realizado enquanto houver humanos para fazê-lo. Assim como as relações de objetivação podem surgir desde que haja sociedade; mesmo que se considere uma sociedade em condições isoladas, está sempre pode se dividir e assim surgir entre suas repartições uma relação de objetivação. O ilimitado não configura, portanto, uma outra natureza, oposta à natureza humana limitada; o ilimitado é apenas um caso em que o limite é desconhecido. Este é o sentido com o qual o antropólogo emprega o termo ilimitado, algo cujo limite é grande demais para que tenha relevância analítica.

Desta forma, o ilimitado, para Lévi-Strauss, não tem um caráter absoluto e sim um caráter relativo. A partir de *O pensamento selvagem* é possível pensar que o ilimitado implica um operador estrutural; mais especificamente, o ilimitado implica um operador de abertura, ao qual é contraposto

1 Ver páginas 44-48 e também as notas 11 e 14 da página 1740 da edição crítica da Pleiade (2008).

2 Ver o artigo publicado na revista *Mana*, *Lévi-Strauss nos 90 voltas ao passado*, e a entrevista com Eduardo Viveiros de Castro, *Lévi-Strauss nos 90 a antropologia de cabeça para baixo*.

um operador de fechamento. Tais movimentos de abertura e fechamento são considerados como um aumento ou uma diminuição das probabilidades de novas combinações entre os elementos disponíveis, ou seja, os operadores são de ordem combinatória. Enquanto o jogo e o conceito realizam operações de abertura, o ritual e o signo realizam operações de fechamento. A abertura implica a produção de assimetria, enquanto o fechamento implica a produção de simetria. O caso da contraposição entre o jogo e o rito torna a distinção especialmente clara. O jogo parte da simetria instaurada pela regra e produz assimetria como resultado (na medida em que no final do jogo há ganhadores e perdedores). O rito, ao contrário, parte das assimetrias dadas (entre sagrado e profano, entre a vida e a morte, entre outros) e busca reduzi-las ao máximo, produzindo simetria a partir da assimetria. Lévi-Strauss busca com essas contraposições (entre jogo e rito, conceito e signo) realizar uma comparação entre as sociedades caracterizadas por terem história quente e fria. Tendo isto em vista, é possível pensar que o jogo e o conceito desfazem as estruturas simétricas na medida em que as lança no devir histórico assimétrico; enquanto o rito busca frear a história através de uma repetição simétrica do passado.

É importante notar que os operadores são casos limites, a pura passagem do devir ou a parada completa do tempo não ocorrem nunca, são apenas direções entre as quais se distribuem os casos reais. Os casos limites são como eixos de um sistema de coordenada entre os quais podem ser distribuídos os casos particulares. Assim, a relação entre a estrutura e o devir histórico pode ser pensada como uma função. As organizações humanas formam um espectro que se localiza entre os dois polos extremos de assimetria e simetria. Tendo em vista que a assimetria e a simetria, neste caso, dizem respeito a mudanças temporais, é possível afirmar que o espectro das organizações humanas forma uma função de velocidades, isto é, o espectro representa a variação das velocidades dos sistemas sociais. Enquanto as sociedades de história quente constituem-se por uma aceleração da história, as de história fria constituem-se por uma desaceleração da história. A velocidade, neste caso, tem o sentido de taxa de variação dos estados de determinada sociedade em função do tempo.

A filosofia de Deleuze

É possível avaliar os esquemas de pensamento de Lévi-Strauss a partir das reflexões que o filósofo Gilles Deleuze apresenta em *O que é filosofia?* sobre a ciência. Contrapondo-se ao seu conceito de conceito, Deleuze apresenta um conceito de função para descrever o empreendimento científico. Para esta avaliação do pensamento de Lévi-Strauss a partir dos conceitos do filósofo é importante pressupor uma espécie de acordo discordante entre os autores, mais especificamente, entre a filosofia da ciência (se assim podemos chamar) apresentada por Deleuze e os pressupostos epistemológicos de Lévi-Strauss. Antes disso é importante fazer algumas considerações para mostrar que, na verdade, aquilo que aproxima os autores revela entre eles uma grande distância. Isso porque do lado de Deleuze, a ideia do limite científico é explicitamente subvalorizada, isto é, a filosofia da ciência apresentada em *O que é filosofia?* considera explicitamente a ciência como uma forma inferior de conhecimento em relação à filosofia e às artes. Basta lembrar que o conceito de plano de referência — que caracteriza a ciência para Deleuze — é considerado mais próximo da transcendência paradigmática das religiões do que da imanência sintagmática do conceito filosófico. Do lado de Lévi-Strauss, o limite dos elementos que formam as combinações (seja do real, do simbólico ou do imaginário) faz parte de seus pressupostos mais fundamentais.

Chamo de acordo discordante a possibilidade de imaginar um acordo entre Deleuze e Lévi-Strauss no que diz respeito a necessidade de traçar um limite e de abolir o ilimitado no âmbito da ciência. Mas apesar do acordo no que diz respeito a relação entre a ciência e o limite, a discordância é especialmente reveladora, pois ela revela a distância abismal entre os fundamentos epistemológicos

dos dois autores. Se, de fato, há ressonâncias entre os autores no que diz respeito ao fato de que a ciência parte do pressuposto de uma realidade limitada, há discordâncias profundas entre eles no que diz respeito ao contraposto, isto é, ao estatuto do ilimitado.

No âmbito de *O que é filosofia?* o problema do ilimitado está diretamente relacionado àquilo que Deleuze chama de caos, pois é dele que emerge o plano de imanência (enquanto corte do caos), o qual é definido como o Uno-Todo ilimitado. Se é possível dizer que há um fundamento neste livro, o fundamento diz respeito às velocidades infinitas do caos. Mas é importante lembrar que este é um fundamento *sui generis*. De um lado é possível considerar o caos como um fundamento pois ele é um princípio a partir do qual é possível julgar a legitimidade dos pretendentes³. Mas, por outro lado, o caos não é fixo, é um fundamento movente que diz respeito às transformações e às instabilidades. Se Deleuze diz que ele não é exatamente o ilimitado ou o indeterminado, é apenas para ressaltar esse aspecto movente. O caos é aquilo que desfaz, através de suas velocidades infinitas, toda determinação e toda limitação; é aquilo que impede que qualquer determinação ou limitação permaneça eternamente; e, portanto, é aquilo que desfaz as limitações e determinações por toda eternidade. O ato de criação filosófica é definido por Deleuze como um procedimento que busca dar consistência ao caos e este é o papel do plano de imanência. Este plano pode ser pensado, então, como uma tentativa de apreender algo do processo de dissolução das determinações e dos limites, esta apreensão é uma tentativa de guardar as velocidades do caos. Esta operação, característica do plano de imanência, faz deste plano um Uno-Todo ilimitado, um sobrevoo absoluto, isto é, o caráter absolutamente ilimitado do ato de criação filosófica. O conceito, por outro lado, é a parte relativa e os personagens conceituais são aqueles responsáveis por fazer a relação entre o absoluto do plano e o relativo do conceito. Em suma, a filosofia guarda algo das velocidades do caos ao dar a ele consistência através de um plano ilimitado.

A renúncia do absolutamente ilimitado

É a partir dessa filosofia da filosofia que a filosofia da ciência de Gilles Deleuze pode ser avaliada. Essa concepção filosófica sobre a ciência parte da ideia que a ciência depende de um limite originário coexistente ao seu desenvolvimento. No sistema conceitual⁴ apresentado pelo autor, o limite é a consequência imediata da renúncia de pensar o ilimitado. O que significa que a filosofia busca captar exatamente aquilo que a ciência renuncia. Deleuze descreve tal renúncia como uma parada ou uma desaceleração das velocidades do caos que caracteriza todo o sistema de coordenadas estabelecido pelas funções científicas. Essa desaceleração das velocidades infinitas é uma busca por estabelecer certos limites a partir dos quais os estados de coisas podem ser avaliados. Esta avaliação dos estados de coisas a partir dos limites propriamente científicos é parte indissociável da tentativa de dar referência ao caos através de um sistema de coordenadas numéricas. Essa é a operação característica do plano de referência. Buscando dar uma referência ao caos este plano renuncia às velocidades infinitas, ao renunciar àquilo que desfaz todo o limite a ciência pode enquadrar os estados de coisas dentro dos moldes de um sistema de coordenadas. O

3 *O que é filosofia?* pode ser pensado como um tribunal de julgamento da legitimidade dos pretendentes, tendo em vista as diferentes relações que a filosofia, a ciência e a arte (é importante notar que apesar destes pretendentes serem os principais, eles não são os únicos) têm com o caos.

4 A respeito do estatuto filosófico de *O que é filosofia?*, seria possível cogitar a formulação “sistema meta-conceitual” para se referir a este livro, entretanto, tal formulação não é adequada se pensarmos na autopoiese do conceito de conceito (isto é, se aplicarmos as reflexões de *O que é filosofia?* sobre este livro), não é possível considerá-lo como um meta-conceito pois o conceito (e por consequência, o conceito de conceito) não tem referência. A autopoiese implica uma consideração *sui generis* a respeito do estatuto do conceito, esse ultrapassa a diferença entre material e ideal, devido a seu monismo metafísico. O que significa que toda materialidade tem sua própria idealidade (manifesta nos desenvolvimentos dos processos) e, por consequência, toda idealidade tem sua materialidade. O material e o ideal são duas faces de uma mesma realidade que atravessa tudo.

plano de imanência, ao contrário, busca guardar as velocidades do caos e pensar a dinâmica que ocorre entre o limite relativo e o absolutamente ilimitado — isto é, aquilo que desfaz toda limitação. O guardar das velocidades infinitas do caos é o que Deleuze chama de uma desterritorialização absoluta. O plano de referência científico é composto pela totalidade dos limites originários. Tais limites permitem a realização de uma mensuração dos estados de coisas através de uma bifurcação das variáveis, colocadas em relação em uma função. Isto significa que a ciência lida com seus fenômenos a partir de uma proporcionalidade entre variáveis, as quais são representadas através dos eixos de um sistema de coordenadas. Tais variáveis podem representar relações geométricas, energéticas ou informacionais, a totalidade do representado é o que Deleuze chama de estado de coisas.

A legitimidade do limite e do ilimitado

Para formular a ideia do plano de referência como uma parada, o filósofo francês se inspira uma formulação emprestada de um texto do matemático alemão Georg Cantor. Em *Fundamentos de uma teoria geral dos conjuntos*, o matemático alemão apresenta uma reflexão a respeito do estatuto do infinito na matemática, seu texto comporta uma crítica a uma concepção largamente compartilhada em sua época e também uma proposta inspirada procedimentos matemáticos que já eram realizados. Sua crítica incide na concepção do infinito como algo desprovido de limite e de determinações, algo que ultrapassa os limites indefinidamente. Essa forma de conceber o infinito o matemático denomina “infinito impropriamente dito” (CANTOR, 1900, p. 35). Cantor pretende, ao contrário, apresentar uma noção de infinito determinado.

Cantor compara sua noção de conjunto com aquilo que Platão, no *Filebo*, chama de *μικτός* (a mistura), oposto tanto ao “*ἄπειρον*, isto é, o ilimitado, o indeterminado, o que eu chamo de infinito impropriamente dito”, quanto “ao *πέρας*, isto é o limite” (CANTOR, 1900, p. 35, nota 1). Ao infinito indeterminado o matemático alemão contrapõe uma noção de infinito determinado, ou infinito propriamente dito, isto é, uma espécie de mistura entre o finito e o infinito que permite considerar as propriedades determinadas de um espaço finito para um espaço infinitamente afastado. Tal noção é utilizada pelos matemáticos quando analisam pontos matemáticos situados no infinito, ou seja, pontos considerados infinitamente afastados, mas dotados das mesmas propriedades de pontos situados em um espaço finito e determinado. O matemático descreve esse uso do infinito, considerado igualmente legítimo, da seguinte maneira:

[...] no exame de uma função analítica de uma grandeza variável complexa [*d'une grandeur variable complexe*], o uso [do infinito] que se impõe geralmente é o de colocar no plano que representa a variável complexa um ponto único, situado no infinito (isto é, infinitamente afastado, mas determinado), e de verificar a maneira pela qual se comporta a função na vizinhança deste ponto, como fazemos com todos os outros pontos; vemos, então, que na vizinhança do ponto infinitamente afastado, a função se comporta exatamente da mesma maneira que ela se comportaria se considerássemos todos outros pontos situados no finito; deduzimos daí que é perfeitamente legítimo representar o infinito neste caso como transportado para um ponto de todo modo determinado. (CANTOR, 1900, p. 36)

É possível dizer que o infinito de Cantor está sujeito as determinações do que Deleuze chamaria de plano de referência. Por isso o filósofo francês considera que o matemático alemão trata o infinito do ponto de vista do finito, isto é, ele traça um plano de consistência ao renunciar o ilimitado do plano de imanência. Essa renúncia, Deleuze denomina de princípio de parada da imagem. Tal termo é emprestado do texto de Cantor. Após fazer as considerações de ordem filosófica que apresentamos acima, Cantor apresenta dois princípios de engendramento que permitem a elaboração de números infinitos determinados. Mas para evitar a regressão ao infinito o matemático percebe a necessidade de introduzir um terceiro princípio na criação números infinitos

determinados. Esse terceiro é o que ele chama de princípio de parada ou de limitação. Deleuze toma esse conceito e o faz operar de modo completamente avesso às intenções do matemático alemão. Se pensarmos na concepção de Cantor, o procedimento de utilização de seu princípio de parada para pensar o conceito de plano de referência é possível perceber a ironia do texto de Deleuze, pois esse avalia os procedimentos presentes na criação daquilo que Cantor denomina noção infinito propriamente dito a partir de uma visão filosófica cujo fundamento é o infinito impropriamente dito (o infinito ilimitado e indeterminado).

Considerações finais

Retomemos, então, a repartição entre o ilimitado e o limite segundo os dois autores. Na visão de Deleuze a repartição remete a diferença entre a filosofia e a ciência. O filósofo utiliza os dois conceitos para delimitar o estatuto das disciplinas, isto é, o que nelas se coloca como fundamental. Deleuze argumenta que o ilimitado filosófico tem um caráter absoluto — que se relaciona com o caráter relativo do conceito; enquanto o limite científico estabelece a verdade do relativo, isto é, a verdade das variáveis responsáveis por organizar os casos de acordo com os valores do sistema de coordenadas. A forma como Lévi-Strauss interpreta seu objeto científico corrobora com a filosofia da ciência apresentada por Deleuze, tendo em vista que o antropólogo pressupõe que o ser humano é caracterizado por uma combinatória de elementos cujas combinações existem em número limitado. A repartição entre o limite e o ilimitado apresentada por Lévi-Strauss, sob a ótica de Deleuze, é inteiramente atravessada pelo limite do plano de referência, isto é, o ilimitado não tem um estatuto absoluto e, no limite, não é propriamente ilimitado. Tanto é que a contraposição lévi-straussiana esconde uma outra mais profunda entre dois operadores (de abertura e de fechamento), os quais podem ser interpretados como uma função que descreve a dinâmica das sociedades em função do tempo. É possível afirmar que ambos os operadores funcionam dentro do limite combinatório possível para o fenômeno humano, por mais que o operador de abertura coloque em jogo mais possibilidades do que o de fechamento. Mas é importante notar, por outro lado, que para Lévi-Strauss não é possível um conhecimento que pretenda o estatuto absolutamente ilimitado, tal como aquele que Deleuze pretende atribuir à filosofia. Lévi-Strauss está muito próximo de Cantor neste sentido, pois o uso que o primeiro faz da noção de ilimitado e o uso que o segundo faz da noção de infinito são incompatíveis (e até mesmo opostos) ao uso que Deleuze dá a essas noções quando fala em plano de imanência. Lévi-Strauss e Cantor, sob a ótica de Deleuze, avaliam o ilimitado e o infinito sob a ótica do limite e do finito característicos do plano de referência. De todo modo, o que procurei mostrar é que, mesmo nos pontos de maior convergência entre estes pensadores, tal convergência é completamente discordante. Uma tentativa de articulação do pensamento dos dois autores não pode evitar passar pelos delicados problemas que emergem da profunda incompatibilidade entre a radicalidade científica de um e a radicalidade filosófica do outro.

Bibliografia

- CANTOR, G. Fondements d'une théorie générale des ensembles. *Acta Mathematica*, v. 2, jan., 1900, pp. 381-408.
- CASTRO, E. V. Lévi-Strauss nos 90 a antropologia de cabeça para baixo. *Mana*, v. 4, outubro, 1998, pp. 119-126.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Qu'est-ce que la philosophie ?*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1991.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?*. Tradução: Bento Prado Jr.; Alberto Alonso Muñoz. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. Lévi-Strauss nos 90 voltas ao passado. *Mana*, v. 4, outubro, 1998, pp. 105-117.

LÉVI-STRAUSS, C. *Claude Lévi-Strauss Œuvres*. Paris: Éditions Gallimard, 2008.